



XXVIII Mostra Científica da Uniplac

PROGRAMAÇÃO APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS
22/10/2025
DIREITO – A partir das 08 h
LOCAL: SALA 6319
A LEGITIMIDADE JURÍDICA DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE DEPENDENTES QUÍMICOS DIANTE DA (IN)EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS.
REDE CATARINA E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: DESAFIOS, AVANÇOS E BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO DA POLÍCIA MILITAR
A TRANSFERÊNCIA DE JURISDIÇÃO DA ESFERA NACIONAL PARA A INTERNACIONAL: CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DE SOBERANIA EM FAVOR DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS.
A DESJUDICIALIZAÇÃO NA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL COMO MEIO DE REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA (RURAL)
OS IMPACTOS DA INOBSERVÂNCIA JURÍDICA E LEGISLATIVA SOBRE OS NÚCLEOS FAMILIARES HOMOAFETIVOS, SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
DEEPPFAKE PORNOGRÁFICO E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO DA HONRA, IMAGEM E DIGNIDADE NO CONTEXTO DIGITAL BRASILEIRO
INTERVENÇÃO MÍNIMA E PROTEÇÃO INTEGRAL: A VEDAÇÃO DA LEI 9.099/1995 NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
O DIREITO ANIMAL NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA: ANÁLISE DOS ÚLTIMOS 10 ANOS (2015 A 2025)
LOCAL: SALA 6321
A PUNIÇÃO ESTATAL NO CASO DE CONDENAÇÃO CRIMINAL E A (IN)EFETIVIDADE NO COMBATE À REINCIDÊNCIA.
DESAPROPRIAÇÃO DE PROPRIEDADE RURAL PRODUTIVA EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL
FRAUDES ELETRÔNICAS E O COMÉRCIO DIGITAL: DIFICULDADES PROBATÓRIAS E INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS
A DISCRICIONARIEDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA JUSTIÇA NEGOCIADA: LIMITES E POSSIBILIDADES DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL
MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI HENRY BOREL
ALIENAÇÃO PARENTAL NO ÂMBITO DA GUARDA COMPARTILHADA E UNILATERAL: UM ESTUDO À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR
NORMA REGULAMENTADORA 01E AÇÕES TRABALHISTAS
COMPATIBILIDADE DO QUESITO SOBRE INCIDÊNCIA DE HOMICÍDIO PRIVILEGIADO COM FEMINICÍDIO.
IMPOSTO SELETIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA: DESAFIOS E IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NO BRASIL